

# 1

# DESCENTRALIZAÇÃO:

## Conceitos-chave

### Definição dos conceitos-chave

Existem diferentes formas de descentralização: federalismo, devolução, governação local, delegação, desconcentração e as lideranças tradicionais. Mas o que significam essas formas?

### Descentralização

A descentralização, de modo geral, refere-se à distribuição ou delegação de poderes do estado fora do governo central ou nacional para governos sub-nacionais. Isto pode estar estabelecido na constituição ou estatuto, desde que esses governos sub-nacionais tenham alguma autonomia na tomada de decisão. A Carta Africana sobre valores e princípios de Decentralização, Governação Local e Desenvolvimento Local de 2014 adoptou o seguinte conceito de descentralização: “a transferência de poder, responsabilidades capacidades e recursos desde o nível nacional até todos os níveis sub-nacionais de governo” (artigo 1). Para mais detalhes sobre esta Carta, vide a Folha Informativa # 10.

### A Descentralização inclui:

1. Federações onde a divisão de poderes é protegida por uma constituição;
2. Uma forma menor de federalismo chamada devolução;
3. Governo local; e
4. Autoridades tradicionais com poder de tomada de decisão em questões como a terra da comunidade e direito consuetudinário próprio.

### Por que razão a descentralização é importante?

Governos subnacionais:

- podem garantir um governo inclusivo no que diz respeito a à religião, língua, raça ou etnia, e assim formentar paz;
- podem aprofundar a democracia e permitir a democracia pluripartidária a florescer
- podem ser mais receptiva às necessidades das comunidades;
- podem compensar e se opor ao abuso de poder por parte do governo central.

Vide também a Folha Informativa #2 sobre Federalismo e Federações e a Ficha Informativa #3 sobre Governo Local.

### Federalismo

O federalismo é um sistema de governação baseado em dois ou mais níveis de governo. Este combina elementos de ‘autogoverno’ para governos regionais ou locais, e de ‘governo compartilhado’ pelos governos federal e estadual/provincial para as responsabilidades nacionais. Sua estrutura básica é composta por:

- (1) um governo federal e (2) estados/províncias. Cada um tem poderes derivados da constituição; e cada um é diretamente eleito pelo seu eleitorado e responde perante a este.
- divisão de poderes (incluindo poderes tributários) entre o centro e os estados/províncias;
- a participação dos estados/províncias no parlamento federal através de uma segunda casa ou câmara;
- um sistema de ralações intergovernamentais; e
- a proteção das componentes acima garantida na constituição suprema que não pode ser unilateralmente alterada nem pelo governo federal nem pelos estados/províncias, e é executada por um poder judiciário independente.

As constituições da Etiópia, Nigéria, Somália e Comores estabelecem sistemas federais, refletindo seus nomes oficiais, como por exemplo, a República Federal Democrática da Etiópia. As constituições da África do Sul, Kenya e República Democrática do Congo (RDC) contêm todos os elementos de uma federação, mas não utilizam o termo “federal” nos documentos oficiais.

## Devolução

Não existe uma definição única de devolução, embora possa ser apresentada da melhor maneira como um sistema federal extremamente centralizado. As constituições do Kenya e do Zimbábue descrevem seus sistemas descentralizados como “devolução”, mas ambos são bem diferentes. Por exemplo, o Kenya tem todas as características de uma federação, como conter uma segunda câmara do Parlamento representando seus 47 condados, cujos poderes também estão definidos. Em contraste, os governos provinciais e locais do Zimbábue não têm poderes constitucionalmente alistados e não têm representação no Parlamento nacional.

## Governos locais

Os governos locais são considerados como uma forma de descentralização se considerarem dois critérios básicos:

1. Devem ser democraticamente eleitos. Os conselhos locais nomeados pelo governo central, ou conselhos dominados por pessoas nomeadas no nível não prestam contas perante seu eleitorado.
2. Devem ter certa autonomia no desenho de políticas sobre assuntos que preocupam o nível local.

Os governos não são geralmente protegidos na constituição, mas são frequentemente referidos como “criaturas de estatuto”.



## Delegação de poderes:

A delegação de poderes ocorre quando o governo nacional transfere algumas de suas próprias responsabilidades aos governos sub-nacionais que, por sua vez, devem exercer esses poderes sob controle a direção do governo nacional. Um governo local que recebe autoridade delegada para prestar serviços é, portanto, responsável perante o governo nacional e não para as pessoas que se beneficiam do serviço. Como o governo nacional confere essa responsabilidade, também pode retirá-la.

## Deconcentração de poderes nacionais

Todos os governos centrais podem fazer uso e conferir algum poder de tomada de decisão aos seus próprios gabinetes regionais ou locais. Como resultado, os poderes de decisão do governo nacional são assim diluídos ou desconcentrados pelo país. Estes gabinetes regionais ou locais prestam contas directamente perante o governo nacional e não perante o eleitorado local. No entanto, os residentes podem recorrer às decisões de um gabinete local para o gabinete central.

Desconcentração não é o mesmo que descentralização, uma vez que os gabinetes regionais ou locais de um departamento nacional não prestam contas perante eles.



## Autoridades tradicionais

A posição das autoridades tradicionais decorre primeiramente dos costumes e, geralmente, não de uma constituição ou legislação. Entretanto, muitas vezes exercem alguns poderes de governação. Em muitos países Africanos, eles tomam decisões finais em relação a terras da comunidade e direito pessoal consuetudinário.

